



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental – CGLIC

MEMÓRIA DE REUNIÃO

PROGRAMA DE PROTEÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS KARITIANA E KARIPUNA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA UHE SANTO ANTÔNIO - PPTIM

Data: 20/11/2012

Local: Aldeia Panorama, Terra Indígena Karipuna

Horário: das 10 às 17 horas

Participantes: Rosane Amaral (CGLIC/FUNAI), Regilson Jacob (CTL-PVH/FUNAI), José Raimundo Sarmiento (CTL-PVH/FUNAI), Anderson Moraes (CTL-PVH/FUNAI), Donato Luz (CTL-PVH/FUNAI), Paulo Roberto Ferreira (Coordenador do PPTIM), Ceusnei Simão (Subcoordenador do PPTIM), Ricardo Márcio (SAE), Paulo Afonso Santos (SAE), Elenice Duran (SAE) e Membros da Comunidade Indígena Karipuna, conforme lista de presença anexa.

Objetivo: Apresentação do Projeto Básico Ambiental Indígena da UHE Santo Antônio, referente ao processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio e apresentação do Parecer Técnico da CGLIC/FUNAI, para validação junto à comunidade indígena Karipuna.

Manhã

A técnica da CGLIC/FUNAI, Rosane Amaral, iniciou a reunião informando o objetivo da mesma e esclarecendo que o parecer técnico concluiu que apesar do Diagnóstico da TI Karipuna necessitar de ajustes, estes não inviabilizam a sua aprovação, já o parecer técnico referente ao PBA, apontou a necessidade de readequações e reestruturações, as quais deverão compor um novo produto a ser protocolado na Funai.

Na sequência sugeriu que a reunião se iniciasse com uma apresentação resumida do PBA, tendo em vista que o mesmo já havia sido apresentado à comunidade em novembro de 2011, seguida da apresentação das observações e recomendações do parecer técnico e posteriormente das observações e solicitações de adequações pela comunidade indígena. A sugestão foi acordada com comunidade indígena, equipe técnica e representantes do empreendedor.

O Subcoordenador do Programa e, também responsável técnico pelo mesmo, Ceusnei Simão, iniciou a apresentação do Programa de Produção e Sustentabilidade. Logo no início da apresentação, uma das lideranças da aldeia e ator participativo do processo de diagnóstico, Adriano Karipuna, interrompe a apresentação com a seguinte questão:

“para eu ter as atividades que estão no programa de Produção de Sustentabilidade, eu tenho que ter toda a estrutura, como a estrada. Pelo rio é difícil. Vai que eu aumento a minha safra de tudo isso aí, como eu faço para levar as sacas? O que eu quero dizer também é sobre a ‘restauração’ da estrada. Porque mercado tem. Os caras querem castanha de grande quantidade. O problema é pra eu levar essa produção para lá. Eles querem porque é uma

produção pura, sem agrotóxico. Nós só não fazemos mais porque a mão de obra é pouca e nós não temos máquina. Nós temos três roçadinhos de mandioca, milho e banana. As pessoas querem, os caras querem produtos orgânicos, sem agrotóxicos. Mas, de barco eu só levo 60. De carro eu levo muito mais. Bem, não sei se estou me adiantando...”

Antes que Ceusnei retome a apresentação uma nova questão é colocada. Batiti Karipuna atual liderança da aldeia, diz:

“é como eu estava falando. Para a gente realizar isso aqui do projeto, a gente queria que batesse o martelo nisso aqui. No braço a gente produz, mas, não está pronto para vender aquela ‘quantia’. Nós queremos uma máquina, um trator para arar a terra. A gente quer produzir é de 100 sacas para cima. Eu não vou levar para a cidade só dois saquinhos. Não vai dar para nada.”

Batiti então a ler os itens apontados na apresentação de Ceusnei Simão e diz:

“café... é preciso de equipamento’ Eu quero que as coisas aconteçam para que a gente virar um produtos indígena. Nós queremos plantar milho, plantar feijão, plantar, colher para comer e para vender para que toda a comunidade fique alegre. Eu estou cansado de ver eles sofrendo de tanto trabalhar na roça. Eu quero que a população Karipuna tenha renda própria dele e possa comprar o que quiser.”

Logo em seguida, Batiti aborda o delicado tema da fiscalização, dizendo que: *“Bem, sobre a fiscalização, invasão tem bastante. Esse final de semana passado tinha pescador no rio”.*

Seu irmão, Adriano Karipuna o segue:

“pescar, todo mundo pode pescar, mas, eles fazem vandalismo. Outra coisa é se a gente for pescar, como é que a gente vai armazenar o peixe. No sal não vai dar. No roçado, a gente não tinha nem a plantadeira. Para tudo se tem jeito, mas, é difícil. Muitas das vezes a gente faz das tripas coração. Tem gente que quer comprar na cidade. Mas, se for pra levar só cinco sacas, vai ser só para pagar o motor. Muitas vezes o pessoal olha pra gente como preguiçoso, mas, a gente vai plantar para estragar? Por esse motivo a gente faz roçado pequeno.

O Gerente de Sustentabilidade da Santo Antônio Energia, Sr. Ricardo Márcio, insere-se no debate afirmando aquilo que está sendo apresentando é uma lista de possibilidades, mas que os indígenas devem escolher o que é prioridade.

Rosane Amaral corrobora com a fala de Ricardo Márcio, esclarecendo a importância de a comunidade verificar quais cursos de capacitação, referente ao programa de produção, realmente são necessários, pois dentre os apresentados pode haver tipo de produção que a comunidade já tenha domínio, não havendo necessidade de curso de capacitação e sim de apoio para a produção. Esclarece ainda, a necessidade de organizar os cursos em uma ordem de prioridade.

Batiti Karipuna, olhando para o *slide* da apresentação projetado na parede, diz que as culturas que necessitam de cursos de formação são as de café e a piscicultura, assim como *“a parte das pragas”* (combate de pragas). Rosane Amaral indaga se no caso da avicultura e da suinocultura também não são necessário os cursos, pois a capacitação nestas áreas poderia ajudá-los a melhorar a produção. Batiti Karipuna concorda e diz que essas são áreas importantes.

Ricardo Márcio, pergunta, qual é o mais importante, qual deve acontecer primeiro. Qual deve ocorrer depois. Adriano Karipuna afirma que a prioridade é de piscicultura, mas, junto tem o

Café, as Aves, os Porcos e o Manejo de Pragas. Paulo Afonso, analista ambiental da Santo Antônio Energia, enfatiza a questão de que os indígenas têm que seguir o raciocínio do Batiti, apontando quais são as prioridades.

Após esta discussão, Ceusnei retoma a apresentação. Um dos temas debatidos foi o do marketing dos produtos. Adriano Karipuna pergunta se o “marketing” gera custos. Ceusnei informa que não se pode confundir este “marketing” com *“aquele da propaganda da televisão”*. O ‘marketing’, segundo Ceusnei Simão é a apresentação do produto, mas, antes ele enfatiza que se fará um estudo de mercado.

Diante da lista de potencialidades, Adriano Karipuna, acrescenta que junto ao óleo de babaçu, tem a questão do Açaí. Coloca que teve contato com os ‘Irmãos Gonçalves’ (supermercado da região) para a venda do açaí, mas o gerente do supermercado disse que os indígenas têm que ter um certificado da vigilância sanitária. *“Eu quero colocar aí, mas, aí tem que aprofundar mais a discussão”*, disse Adriano Karipuna.

Rosane Amaral refletindo sobre o caso, questiona se a comunidade teria força de trabalho disponível para a exploração do açaí, tendo em vista se tratar de uma comunidade pequena. Adriano Karipuna diz que seria necessário apenas ter uma despoldadeira, que eles já vendem o açaí para atravessador por R\$ 6,00 ou R\$ 7,00. Informa que o supermercado compra, mas, só com o certificado. Ceusnei relembra que durante a elaboração do Diagnóstico o Açaí foi descartado, colocado em segundo plano, por causa da sazonalidade e da dificuldade de coleta.

Donato, engenheiro agrônomo da CTL de Porto Velho, relembra que há três esferas de especificação para certificação sanitária: a municipal, a estadual e a federal. Ceusnei reafirma a possibilidade da venda de produtos agrícolas para o próprio governo através de programas de merenda e/ou aquisição de alimentos.

Ricardo Márcio comenta que comparando o aproveitamento de frutas, o feitiço de farinha e a extração de óleos, a farinha ganha força, especialmente porque no mercado local (Porto Velho) a compra do momento é de farinha d’água, tipo de farinha já produzido pelos Karipuna. Donato complementa Ricardo, dizendo que segundo estudo de mercado a farinha local comprada pelo comércio local é a farinha d’água.

Anderson Sales, agrônomo da CTL de Porto Velho pergunta: *“Por que não se pensar, invés de se fazer o descarte de outras culturas, não se faz o sistema agro-florestal? Por exemplo, o açaí, com o SAF. Nessa questão da produção tem a questão da ‘energia confiável’.* Safs para a redução de impactos ambientais causados pela estrada”. Ceusnei Simão diz que esse elemento, SAFs, já está nos Programas e seria apresentado no segundo slide.

Rosane Amaral apresenta as observações do parecer técnico referente ao Programa de Produção e Sustentabilidade, o qual verificou que o PBA apresenta várias opções a serem executadas na TI Karipuna sem definir quais atividades serão efetivamente desenvolvidas. O PBA apresenta ainda a execução de algumas atividades por possíveis parceiros, para este caso a técnica esclarece que a execução do PBA é de responsabilidade do empreendedor, não podendo incumbir terceiros pela sua execução, que para a Funai o PBA tem que garantir a execução das atividades pelo empreendedor.

Sobre o tema da parceria, Batiti Karipuna fala que: *a parceria é a parte que cada um tem que fazer.* Já, em relação à Casa de Farinha, disse que: *primeiro tem que ter a roça, porque eles sabem fazer uma casa de farinha. Mas, pra começar, primeiro tem que produzir.*

Após a apresentação das recomendações presentes no parecer técnico da Funai, Paulo Roberto, Antropólogo - Coordenador do PBA, faz uma leitura dos principais pontos discutidos e questiona se há novos pontos a serem incluídos.

Batiti retoma o debate de quando será assinado o convênio Fase 2 perguntando sobre o prazo: *“o que eu quero é ação. Ação! A gente não é papel higiênico para ficar só enrolando. A gente não é criança. A gente quer ação para ver se isto vai acontecer mesmo. Mas, eu não quero que fique aqui com conversa mole”*.

Rosane Amaral explica que conforme instrução normativa a Funai tem prazo de 90 dias para análise de cada produto, que no caso tratava-se de dois produtos Diagnóstico e PBA, informa que a análise aconteceu em 180 dias, que é um prazo regimental. Mas, o atraso ocorreu devido a greve de servidores (2 meses) e à reestruturação da FUNAI ocorrida no julho de 2012 que criou a Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental. Informa ainda que o prazo estipulado pela Funai para a revisão do PBA é de 60 dias.

Aripã, o mais idoso da aldeia e um dos últimos falantes enfatiza a necessidade de ter uma máquina, um motor para se fazer farinha.

Não havendo nenhum outro questionamento para o Programa de Produção, a reunião é interrompida para o almoço e terá continuação após uma hora.

Tarde

A reunião é reiniciada com a apresentação do Programa de Saúde Indígena. A apresentação de Paulo Roberto consistiu na leitura do Programa, tal como ele havia sido escrito pelos profissionais que o elaborou, a saber, Andrea Cambuy (Antropóloga e Nutricionista) e Cristiano Alves (Enfermeiro). O primeiro ponto reapresentado aos indígenas foi o dos impactos, ilustrados por fotos da aldeia no período de diagnóstico. O segundo ponto foi o dos Projetos.

Quanto aos problemas relacionados à saúde, Batiti coloca que, *“se a SESAI fornecesse estrutura resolveria muitos dos problemas de saúde da aldeia. Hoje não tem material para uso diário na saúde. Na CASAI muitas vezes não há medicamentos, até remédio para verme”*. Carlos Karipuna afirmou que *“quando vão a CASAI os indígenas ficam jogados lá, sem assistência”*. Batiti coloca sobre a necessidade de dar condições de trabalho as profissionais da saúde.

Paulo Roberto informa que no Programa de Saúde inicialmente proposto havia previsão de contratação de pessoal, mas que haverá convênio com SESAI e a SAE, orientado pela Funai para consolidar as ações de saúde e que elas já não estão mais sob responsabilidade da equipe técnica, a não ser aquilo que o próprio convênio não dê conta.

Rosane Amaral esclarece que as ações de Saúde e Educação são de responsabilidade, respectivamente, da SESAI e da SEDUC, deste modo não caberá a Funai a coordenações de programas nesta área. Com isso, o parecer técnico recomendou que para a execução das ações relacionadas à saúde e à educação a SAE firmasse convênios diretamente com a SESAI e com a SEDUC.

Aripan informou que a saúde piorou e que só existe uma ambulância, que leva e não busca Batiti Karipuna abordou ainda o fato da dificuldade em conseguir combustível e a manutenção dos prédios dos postos de saúde. *“O posto de Saúde esta no mato está se perdendo. Só existe o prédio, sem equipamentos”*. Paulo Roberto pergunta a Batiti se a responsabilidade de

manutenção do Posto de Saúde é do empreendedor ou da SESAI. Batiti responde que é da SESAI.

Leni Paula, sobre a capacitação do Agente Indígena de Saúde, coloca que o problema da capacitação do AIS é que ela se resume a ministrar remédio, sendo sempre necessário ir procurar um médico fora da aldeia.

Após a finalização da apresentação do Programa de Saúde, Rosane apresenta as considerações da Funai, lembrando da recomendação de convênios com a SESAI e SEDUC, e explica que as atividades previstas no PBA para as áreas de saúde e educação que os convênios não contemplarem deverão permanecer como atividades do PBA.

Passou-se a apresentação do Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural. Paulo inicia apresentando duas imagens para que se refletisse sobre a transmissão de conhecimento. É apresentada a estrutura do Programa e as linhas de ações (capacitações, oficinas e intercâmbios). Paulo esclarece que para a TI Karipuna não há previsão de construção civil, pois estes já haviam recebido a construção de uma escola de 5 salas na aldeia e que este espaço ainda é pouco utilizado, considerando o número de habitantes na aldeia, não mais que 35.

Após a apresentação das metas e dos produtos dos programas, enfatizou-se a necessidade de que os Karipuna desenvolvam ações de articulação a órgãos fomentadores de cultura, como o IPHAN.

Ao comentar o Programa Batiti Karipuna fala sobre o ensino superior indígena. *“A população e a cultura indígena tem que ser mais divulgada. O povo brasileiro não conhece a realidade indígena. Há preconceito com o indígena.”*

Adriano Karipuna relata sobre a ausência de professores, a dificuldade no deslocamento dos mesmos e a necessidade de um veículo para SEDUC. Batiti discorda do Adriano e diz que não é o caso fornecer veículo para SEDUC.

Debate-se a possibilidade de que no PBA se insira carros para transportar o professor indígena da cidade à aldeia e da aldeia até a cidade. O tema foi tratado como uma obrigação do poder público, ou seja, da Secretaria de Educação, tendo em vista que já houve a construção da escola, mas, que o transporte do professor seria de responsabilidade da própria Secretaria de Educação.

Outra importante questão é elaborada por Rosane Amaral, que pergunta se a SEDUC recebeu a escola da SAE. Ao mesmo tempo, também afirma que a construção gerou uma expectativa e que a mesma não está funcionando. Rosane Amaral recomendou à SAE que esta iniciasse uma comunicação formal com a SEDUC e se necessário realizar uma articulação junto a Associação e SEDUC para resolver o problema.

Rosane coloca as considerações finais sobre o programa, informando a recomendação de redução da carga horária das capacitações que estão demasiadamente longas, bem como a redução do número de profissionais contratados.

O programa de Proteção Territorial foi apresentado, tal como elaborado por Renata Faria. A estrutura do Programa se dava em 3 Subprogramas, cada qual com linhas de ações específicas. Rosane Amaral informa que o parecer técnico apontou pela necessidade de reformulação do Programa, apresentando as recomendações do parecer:

- supressão das atividades previstas no âmbito de criação de Unidade de Conservação e Corredor Ecológico, tendo em vista que tais ações extrapolam as competências do empreendedor;
- com vistas a reduzir contratação de empresas especializadas e consultorias, que seja pensado em uma parceria com o SIPAM, para o mapeamento do desmatamento;
- retirar as ações de cadastro das propriedades vizinhas, tendo em vista que tal ação poderá acirrar conflitos já existentes ou ocasionar novos conflitos;
- extensão dos monitoramentos de Ictiofauna e Quelônios já executadas pela SAE;
- repensar a proposta do NIEG, previsto para ser montado em Porto Velho;
- suprimir a proposta de recuperação de áreas fora das TIs;
- o Programa de Proteção e Gestão Territorial, deverá prever um subprograma específico de proteção territorial, como continuidade das ações já implementadas no âmbito do Plano Emergencial de Proteção (Convênio fase 1).

Paulo inicia a apresentação do Programa de Gestão do PBA, informando que o mesmo foi estruturado com base na criação de comissão aldeã, comitê local e comitê gestor geral. Rosane Amaral recomenda que siga o modelo de Comitê já proposto no Convênio Fase 1.

Os representantes indígenas da TI Karipuna presentes na reunião, colocam-se de acordo com o parecer técnico da Funai e solicitam que suas observações sejam contempladas na reformulação do PBA.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada.

Encaminhamentos:

- Nova versão do PBA deverá ser protocolada na Funai no prazo de 60 dias, a contar do encerramento das reuniões de apresentação nas TIs Karipuna e Karitiana.
- A Funai emitirá parecer da revisão do PBA em até 30 dias após o recebimento do mesmo pela área técnica.
- Após finalização do parecer o PBA deverá ser novamente apresentado para validação junto à comunidade Karipuna;
- Caso algum programa ainda necessite de adequações, isto não deverá impedir o início das atividades dos Programas que forem considerados aprovados pela equipe técnica da Funai e pelos indígenas.